

Atraso da dívida acarretará juros

Extra
Ailton C. Freitas

Jornal de Brasília • 7

extras

O Brasil não vai pagar os juros de US\$ 2,3 bilhões da dívida externa que vencem este mês, enquanto não formalizar um acordo com os bancos credores internacionais. No entanto, poderá pagar juros adicionais sobre os atrasados, conforme admitiram ontem Sérgio Amaral, secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, e Arnin Lore, diretor da Área Externa do Banco Central.

Os negociadores brasileiros reuniram-se na sexta-feira com representantes do comitê assessor dos bancos privados e entregaram a eles, além de informações sobre a economia brasileira e a boa performance da Balança Comercial, alternativas de solução para o caso brasileiro, sem abrir mão da estratégia de manter o nível das reservas cambiais.

De acordo com Sérgio Amaral, a reunião com o comitê assessor não foi conclusiva. Os representantes do Comitê solicitaram um tempo para avaliar as alternativas entregues pelos negociadores brasileiros e, nos próximos dias, membros do subcomitê econômico dos bancos credores virão ao País para dar continuidade às conversações. Nos dias 21 e 22 deste mês, Amaral e Arnin Lore estarão novamente em Nova Iorque.

Prorrogação

O Brasil tem prazo até o dia 30 deste mês para encaminhar um pedido de desembolso da terceira etapa referente ao acordo do ano passado com os bancos, no valor de US\$ 600 milhões. Entretanto, segundo os negociadores brasileiros,

o encaminhamento do pedido também deverá ser prorrogado (possivelmente até janeiro de 90), uma vez que o País ainda não fechou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e sem ele os bancos credores não fazem o desembolso.

O acordo com o FMI ainda não foi realizado porque o Brasil não cumpriu algumas metas acertadas com o Fundo, como a do déficit público que era de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano, mas deverá chegar a 5,6% do PIB. Devido ao não-fechamento deste acordo, o País deixou de receber da área externa, neste ano, um total de aproximadamente US\$ 3 bilhões: US\$ 600 milhões dos bancos credores; US\$ 1 bilhão do Banco Mundial; US\$ 800 milhões do FMI e US\$ 600 milhões do Governo japonês.

O negociador Sérgio Amaral afirmou que de uma posição o Brasil não pode abrir mão: suprir as necessidades financeiras, fundamentais para o fechamento da Balança de Pagamentos, sem afetar o nível de reservas cambiais. Partindo disso, nas conversas com os bancos foram colocados três pontos principais: a necessidade de liberação dos US\$ 600 milhões pelos bancos; formas convencionais de atendimento às necessidades de financiamento do País; e lançamento de idéias novas que poderão trazer uma redução da dívida externa. Os negociadores brasileiros admitem ainda que, se não houver acordo, o Governo poderá pedir um waiver (perdão) aos bancos.